



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RJ, competência em matéria cível.

Juiz Federal Titular: CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES

Juiz Federal Substituto: GUILHERME CORRÊA DE ARAUJO

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 18 a 22 de abril de 2016, a correição ordinária eletrônica da 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
3. Verificar os processos remetidos aos órgãos externos com prazo vencido;
4. Regularizar, o lançamento da fase 18 nos processos sentenciados (326) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
5. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão, observando a correta classificação das próximas sentenças proferidas;

6. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constrictos/penhorados, preenchendo as informações necessárias.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.º 2616/2016– MPF/PR/RJ/GABPC, de 03/03/2016, e Portaria PR-RJ n.º 286, de 03/03/2016, assinadas pelo Procurador-Chefe da PR/RJ, Dr. José Schettino, foi designado a Procuradora da República Dra. Ana Cristina Bandeira Lins para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr. Carlos Guilherme Francovich Lugones, em exercício desde 2005.

. Substituto: Dr. Guilherme Corrêa de Araujo, em exercício desde 16/05/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 15

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição julho/2014	Correição abril/2016
Total	2.505	2.320
Suspensos	453	414



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ag. julgamento recurso	458	447
Tramitação ajustada	1.594	1.459

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo a 31/03/2016, extraído em 14/04/2016.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/04/2015 até 31/03/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	0	0,00	N/A
Decisão	0	0,00	N/A
Sentença	622	100,00	58
Total Geral	622	100,00	58

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 14/04/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

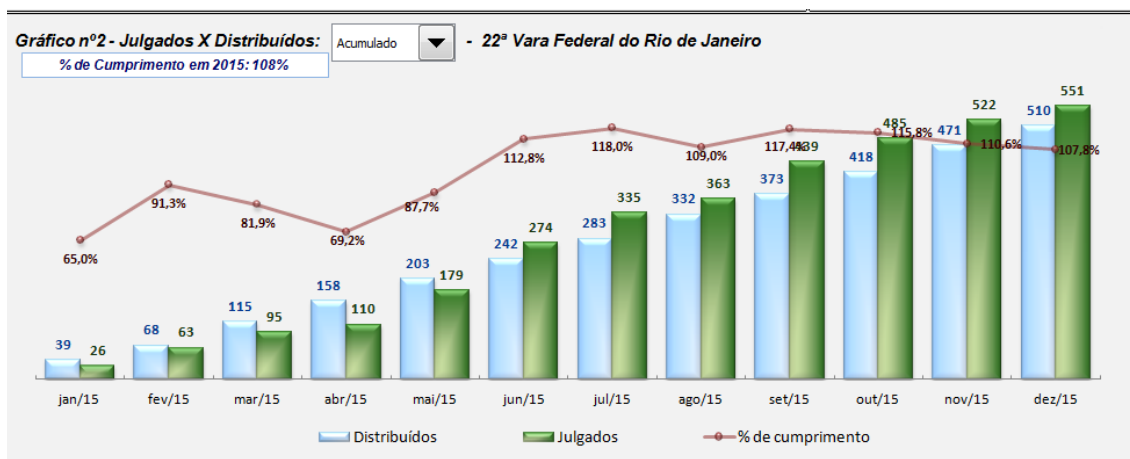


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 108%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Meta 1 2015	Julgados	Distribuídos	% de cumprimento
1º Grau	40.765	44.615	91%
1º Grau / SJRJ	34.464	36.802	94%
1º Grau / SJES	6.301	7.813	81%
Juizado Especial Federal	114.097	117.077	97%
JEF / SJRJ	97.564	97.822	100%
JEF / SJES	16.533	19.255	86%
Turma Recursal	42.737	42.816	100%
TR / SJRJ	37.195	36.834	101%
TR / SJES	5.542	5.982	93%
Tribunal Regional Federal	50.954	52.766	97%
SJRJ	169.223	171.458	99%
SJES	28.376	33.050	86%
TRU	43	31	134%
Total - 2ª Região	248.596	257.305	97%
22ª Vara Federal do Rio de Janeiro	551	510	108%

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/04/2016.

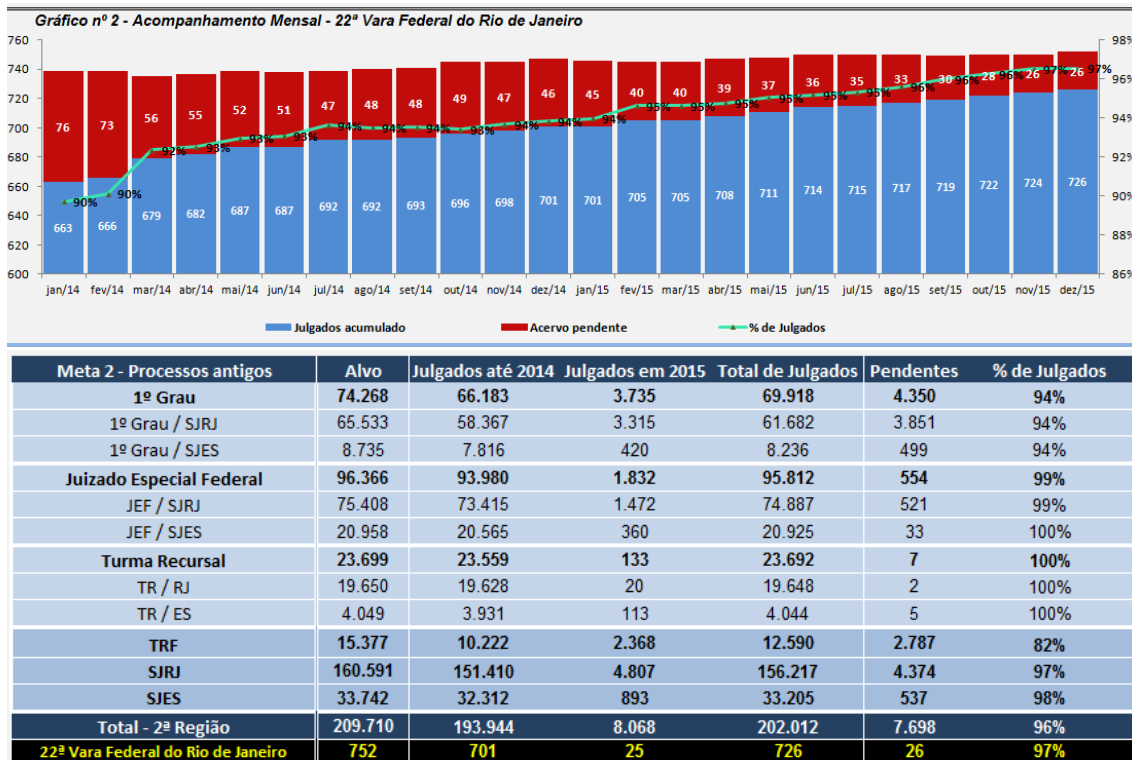
II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constatam 26 processos pendentes de julgamento:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



➔ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 05 processos**

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00187931320034025101 – Ação ordinária/outras. Distribuída em 14/08/2003, na qual o julgamento foi convertido em diligência em 22/09/2014. Sentença tipo A, proferida em 16/03/2016, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do inciso VI do art. 267 do CPC, no que se refere a alguns trechos da concessão (perda do interesse de agir) e improcedente o pedido nos termos do inciso I do art. 269 do CPC, em relação aos trechos de acesso à Açominas, Barra Mansa e Angra dos Reis. Último movimento em 31/03/2016, localização interna.

00284287620074025101 – Ação ordinária/tributária. Ação distribuída em 18/12/2007, na qual foram homologados honorários periciais, em 17/07/2015. Último despacho em 31/03/2016, determinando vista às partes para manifestação no prazo de 10 dias. último movimento em 12/04/2016, localização interna.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00188346720094025101 – Ação ordinária/servidores públicos. Ação redistribuída em 29/04/2014, na qual foi proferida sentença tipo A, em 10/03/2016, julgando extinto o processo com resolução do mérito, de acordo com o inciso I do art. 269 do CPC, improcedente o pedido em relação a uma autora e procedente em parte o pedido em relação aos demais autores. Último movimento em 12/04/2016, localização interna.

00224501620104025101 – Ação ordinária/imóveis. Redistribuída em 12/08/2014, na qual a sentença foi convertida em diligência em 16/04/2012. Sentença tipo B-2, proferida em 11/01/2016, julgando o pedido procedente em parte com resolução do mérito nos termos do inciso I do art. 269 do CPC. Último despacho em 07/03/2016, determinando a baixa e o arquivamento do feito, em decorrência do trânsito em julgado da sentença. Último movimento em 08/03/2016, baixa do processo, findo.

00073432920104025101 – Ação ordinária/tributária. Distribuída em 17/05/2010, na qual houve despacho proferido no dia 19/02/2016, determinando a intimação das partes para ciência e manifestação no prazo de 10 dias, em razão do retorno dos autos e julgamento do recurso extraordinário nº. 240.785 MG. Último movimento em 14/03/2016, conclusão para despacho.

→ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 21 processos**

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00312066320004025101 – Ação ordinária/outras. Distribuída em 30/11/2000, na qual a sentença foi convertida em diligência em 11/02/2016. Sentença tipo A proferida em 21/03/2016, julgando o pedido improcedente, de acordo com a previsão do inciso I do art. 487 do CPC/2015. Último movimento na mesma data, localização interna.

00060203320034025101 – Ação ordinária/servidores públicos. Distribuída por dependência em 18/02/2003, na qual houve despacho em 30/03/2016, intimando



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

a União para apresentar impugnação à execução, com fulcro no art. 535 do CPC/2015, no prazo de 30 dias. Último movimento em 06/04/2016, remessa, carga para a AGU.

00032987920104025101 – Ação ordinária/tributária. Distribuída em 30/06/2010, na qual foi proferida sentença tipo B-2, em 14/03/2016, julgando procedente o pedido com resolução do mérito, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC. Último movimento em 16/03/2016, remessa, carga para a Fazenda Nacional.

00094799620104025101 – Ação ordinária/imóveis. Distribuída em 11/06/2010, na qual foi prolatada sentença tipo A, em 17/02/2016, julgando o pedido improcedente com resolução do mérito, na forma do inciso I do art. 269 do CPC. Último movimento em 05/04/2016, remessa do processo para o TRF da 2ª Região.

00006901120104025101 – Ação ordinária/servidores públicos. Distribuída em 13/12/2010, na qual foi proferida decisão em 20/10/2014, julgando extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no inciso VI do art. 267, CPC em relação a alguns dos réus. Último despacho em 28/01/2016, determinando que a secretaria realize consulta ao sistema Bacenjud com objetivo de localizar o endereço de uma das autoras para intimação pessoal, sob pena de extinção do feito, com fundamento no inciso IV do art. 267 do CPC. Último movimento em 18/04/2016, conclusão para despacho.

Além desses processos analisados, existem outros, referentes à Meta 2 do CNJ:

00198518020054025101	00281931220074025101
00203531420084025101	00157725320084025101
00138732020084025101	00105917120084025101
00100261020084025101	00220313020094025101
00220304520094025101	00220287520094025101
00220279020094025101	00171861820104025101
00526808520104025151	00156559120104025101
00133174720104025101	00125934320104025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/04/2016, análise eletrônica dos processos com consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.
Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Não se aplica.

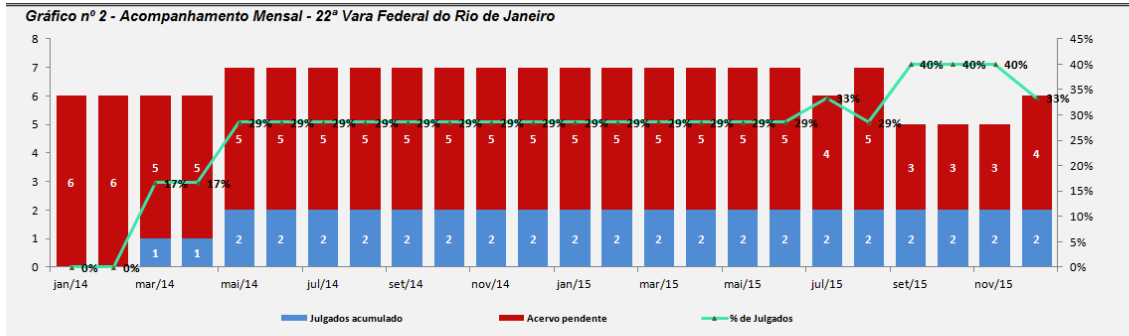
IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)
Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 48%**, como ilustra o gráfico a seguir:

Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	221	160	33	193	28	87%	125%
SJRJ	552	94	98	192	360	35%	50%
SJES	131	28	27	55	76	42%	60%
Total - 2ª Região	904	282	158	440	464	49%	70%
22ª Vara Federal do Rio de Janeiro	6	2	0	2	4	33%	48%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



→ Sem movimentação há mais de 100 dias: 01 processo

Por amostragem, foi analisado, **eletronicamente**, o seguinte processo:

00449102620124025101 – Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa, distribuída em 01/10/2012, na qual foi renovada a diligência de intimação do réu e intimação do MPF para manifestação no prazo de 5 dias. último movimento em 21/04/2016, movimentação cartorária tipo aguardando audiência.

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 03 processos

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00122718620114025101 – Ação ordinária/outras, distribuída por dependência (prevenção) em 22/08/2011, na qual foi suscitado conflito negativo de competência, em 27/04/2012 em relação à 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Último despacho em 12/02/2016, determinando a citação do réu e concedendo à União, a dilação de prazo por 30 dias, para informar sobre a existência de possíveis sucessores de um dos réus. Último movimento em 07/04/2016, localização interna.

00070546220114025101 – Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa, redistribuída em 14/06/2011, na qual foi designada audiência para oitiva dos depoimentos dos réus, recebido os agravos retidos, mantida a decisão agravada e concedido prazo de 10 dias para manifestação da parte contrária, com fulcro no § 2º do art. 523 do CPC. **Último despacho em 09/10/2015, deferindo prazo**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

comum de 15 dias para apresentação escrita de razões finais. Último movimento em 16/11/2015, conclusão para sentença.

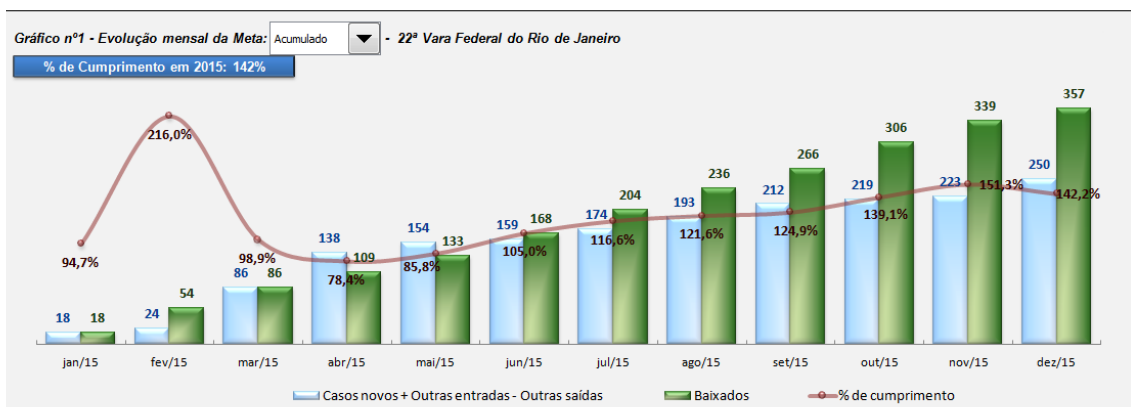
00227844520134025101 – Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa, redistribuída em 29/08/2013, na qual foi mantida a decisão agravada, determinada a expedição de edital para notificação dos réus e expedição de mandado de avaliação de veículo. Despacho em 29/03/2016, determinando intimação da DPU para exercer a curatela especial de acordo com o art. 72 do CPC de 2015 e apresentar defesa prévia, na forma do § 7º da Lei 8.429/92. Último movimento em 25/04/2016, conclusão para decisão.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/04/2016, análise eletrônica dos processos com consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 142%**, como ilustra o gráfico a seguir:





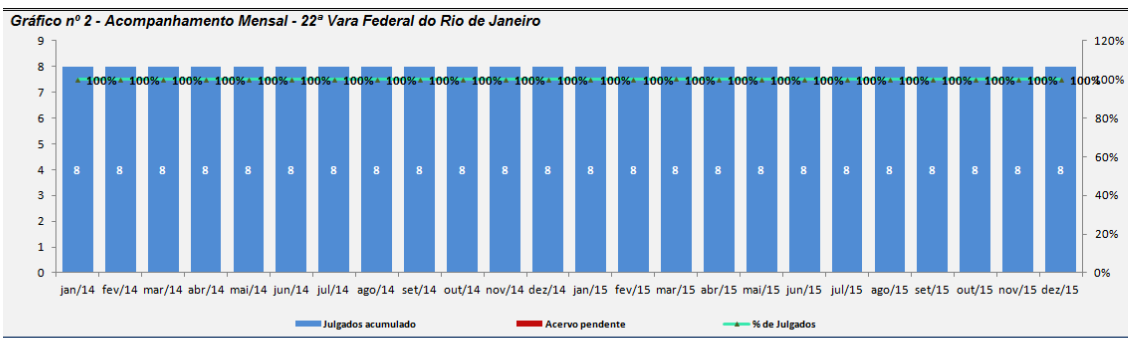
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.968	1.418	399	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.146	1.340	382	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.822	78	17	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.200	11.853	9.812	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.997	2.034	1.761	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.197	13.887	11.573	45.993	96%
22ª Vara Federal do Rio de Janeiro	546	236	357	288	274	439	142%

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação: de acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas, o percentual de cumprimento desta Meta é de **100%**, inexistindo acervo pendente, como se verifica a seguir:



Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	106	397	119	77%
SJRJ	851	472	105	577	274	68%
SJES	113	55	13	68	45	60%
1º Grau	964	527	118	645	319	67%
Total - 2ª Região	1.480	818	224	1.042	438	70%
22ª Vara Federal do Rio de Janeiro	8	8	0	8	0	100%

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/04/2016, análise eletrônica dos processos com consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/04/2016, análise eletrônica dos processos com consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/04/2016, análise eletrônica dos processos com consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 01

Por amostragem, foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0016545-25.2013.4.02.5101 - Ação distribuída em 09/07/2013, na qual foi designada audiência em 03/07/2014. Em 21/03/2016, foi determinada a expedição de carta precatória para oitiva de testemunha; intimação da União e réus para apresentar questionamentos a serem esclarecidos pela testemunha e suspensão do feito por 180 dias na forma do art. 377 do novo CPC. Último movimento em 25/04/2016, movimentação cartorária tipo expedir carta precatória.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 14/04/2016, análise eletrônica do processo e consulta ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Classe 2002: Mandado de Segurança Coletivo/Outros

Total: 04
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 03
Em trâmite: 01

Por amostragem, foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0003923-06.2016.4.02.5101 - Ação distribuída em 14/01/2016, na qual foi indeferida a liminar para anular contrato firmado entre a UNIRIO e empresa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

prestadora de serviços hospitalares, em 28/01/2016. Em 23/02/2016, decisão mantendo a decisão agravada e determinando a intimação do impetrante para requerer a citação da empresa prestadora de serviços hospitalares. Despacho em 07/04/2016, recebendo emenda à inicial; citação de réu por carta precatória e suspensão do processo pelo prazo de 60 dias. Último movimento em 20/04/2016, certidão, expedição de carta precatória.

Classe 2004: Mandado de Segurança Coletivo/Previdenciário

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 00

Por amostragem, foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0006780-60.1995.4.02.5101 - Ação distribuída em 16/03/1995, na qual foi determinada intimação da parte autora para fornecer ao juízo, no prazo de 10 dias, o nome do autor para expedição do alvará de levantamento de quantia depositada. Em 17/11/2015, foi negado provimento ao recurso (embargos de declaração), por ausência de obscuridade. Último despacho em 11/12/2015, suspensão do feito até o julgamento de recurso (agravo de instrumento). Último movimento em 05/04/2016, localização interna.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 14/04/2016, análise eletrônica dos processos e consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Classe 6002: Ação Popular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 01

Por amostragem, foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0128788-09.2013.4.02.5101 - Ação redistribuída em 26/08/2013, na qual foi proferida sentença tipo A, em 21/05/2015, julgando procedente o pedido com resolução do mérito, de acordo com o disposto no inciso I do art. 269 do CPC, para declarar nulidade de ato de renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social. Em 27/08/2015, recebimento de recurso adesivo da parte autora, no duplo efeito. Último movimento em 26/10/2015, remessa para o TRF da 2ª Região.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 14/04/2016, análise eletrônica do processo e consulta ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001: Ação Civil Pública

Total: 12
Suspensos: 01
Ag. Recurso TRF: 03
Em trâmite: 08

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0049072-59.2015.4.02.5101 - Ação distribuída em 14/05/2015, na qual foi determinada, em 19/05/2015, a citação da CEF para apresentar contestação e suspensão do processo até o julgamento, no STJ de processo indicado, conforme



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

previsão do art. 543-C do CPC e Lei 11.672/2008. Último movimento em 11/06/2015, suspensão por repercussão geral.

0140326-16.2015.4.02.5101 - Ação distribuída em 17/11/2015, na qual foi determinada citação do réu para apresentar manifestação por escrito no prazo de 15 dias. Em 23/02/2016, despacho determinando intimação do MPF e do CRECI para manifestação em réplica e provas no prazo de 10 dias. Último movimento em 06/04/2016, conclusão para sentença.

0014961-15.2016.4.02.5101 - Ação redistribuída em 19/02/2016, na qual foi deferida liminar para determinar que o IPHAN comunique ao MPF expressa e imediatamente, sempre que promova dispensa de estudos, para o licenciamento de empreendimentos em áreas degradadas, eletrificadas, de alto risco ou contaminadas. Último movimento em 26/04/2016, certidão de citação/intimação.

0161231-42.2015.4.02.5101 - Ação redistribuída em 08/01/2016, na qual foi indeferida liminar postulada pelo COREN/RJ para disposição de 41 profissionais de enfermagem e implementação da sistematização da assistência de enfermagem (Resolução COFEN nº 358/2009), no Instituto Philippe Pinel. Último movimento em 19/04/2016, devolução de remessa de carga à Procuradoria do Município do Rio de Janeiro.

Classe 6006: Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa

Total: 10

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 09

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0003111-32.2014.4.02.5101 - Ação redistribuída em 24/03/2014, na qual foi recebida a petição inicial da ACP e determinado a indisponibilidade de bens imóveis, em 08/04/2016. Último movimento em 25/04/2016, juntada de petição ou documento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0010210-19.2015.4.02.5101 - Ação distribuída em 29/01/2015, na qual foi recebida a petição inicial da ACP e determinada a citação nos termos do § 9º do art. 17 da Lei 8.429/92, em 21/05/2015. Último despacho em 07/03/2016, intimação de um dos réus para apresentar cópia de contracheque, com objetivo de verificar a viabilidade de proposta de acordo; citação dos demais réus e vista à União pelo prazo de 10 dias. Último movimento em 15/04/2016, remessa, carga para o réu apresentar resposta.

Observação: as ações coletivas, indicadas abaixo, já foram analisadas na parte relativa ao cumprimento das Metas do CNJ:

0007054-62.2011.4.02.5101

0022784-45.2013.4.02.5101

0044910-26.2012.4.02.5101

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 14/04/2016, análise eletrônica dos processos e consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010: Ação de Desapropriação

Total: 04

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 03

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0153720-23.1900.4.02.5101 - Ação redistribuída em 07/01/1994, na qual foi determinada a expedição de ofícios requisitórios em favor dos réus, em 05/12/2014. Despacho em 11/03/2016, mantendo a decisão agravada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinando a intimação das partes e suspensão do processo até notícia de decisão no agravo de instrumento interposto pela União. Último movimento em 19/04/2016, localização interna.

0201767-28.1900.4.02.5101 - Ação redistribuída em 07/01/1994, na qual foi deferida habilitação de herdeiros dos réus falecidos e posterior intimação dos réus e da União para manifestação em 10 dias. Último movimento em 27/04/2016, conclusão para sentença.

0203325-35.1900.4.02.5101 - Ação redistribuída em 07/01/1994, na qual foi indeferido pedido da DPU, em 21/05/2012, no sentido de citação pessoal de alguns autores e declaração de nulidade de citação por edital efetivada em relação a eles. Despacho em 12/03/2013, determinando a intimação da parte autora para em 10 dias protocolar petição trazendo fotocópia da certidão de óbito de um dos réus. Último despacho em 29/02/2016, determinando a expedição de ofício ao Cartório do 5º Ofício de Justiça de Nova Iguaçu, para apresentar cópia de certidão de inteiro teor de loteamento com todas dimensões e confrontações e nome da rua. Último movimento em 14/04/2016, juntada de petição ou documento.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 14/04/2016, análise eletrônica dos processos e consultas ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

. DEMAIS PROCESSOS

Classe 14000: Reclamação Trabalhista

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

Por amostragem, foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0586977-71.1900.4.02.5101 – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. Autuada em 05/08/1922, registro de processo antigo em 07/11/1983 para a 9ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, redistribuída em 25/04/2008 para a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, remessa para a 3ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, em 11/11/2010. Despacho em 16/02/2016, intimando as partes para manifestação no prazo de 5 dias, uma vez que foi transladada cópia de decisão definitiva em sede de embargos à execução, nada sendo requerido, arquivamento e baixa. Último movimento em 12/04/2016, localização interna, atividade prazo.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 14/04/2016, análise eletrônica do processo e consulta ao Apolo, **posição até 28/04/2016.**

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/04/2015 A 31/03/2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 24 audiências designadas, sendo a primeira de 19/05/2015 e a última de 02/03/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS
(FÍSICOS/VIRTUAIS)**

**. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA
(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

Foi identificado um local virtual destinado ao armazenamento das iniciais, com a seguinte denominação:

GABINETE – INICIAIS: não foi encontrado nenhum documento neste local virtual em 18/04/2016 às 15:37 h.

Segundo o questionário pré-correição, foi informado o seguinte:

“Petições Iniciais e Prevenção: a servidora verifica duas vezes ao dia o local virtual referente ao BALCÃO DE ENTRADA, identificando as ações livremente distribuídas. Realiza, então, a certificação e o cadastramento no sistema do valor das custas recolhidas - ou eventual gratuidade de justiça - e encaminha os autos ao apoio do Gabinete, onde é realizada a análise da petição inicial”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 18/04/2016, às 15:37h, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 13 documentos, sendo o mais antigo de 15/04/2016, n.º MAN.0022.000715-9/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário),
posição em 18/04/2016, às 15:58 h.

**. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO
(Artigos 305 a 317 da CNCR)**

O questionário-pré-correição entregue pelo juízo correicionado explicitou que:

“De igual modo, a servidora responsável pelo BALCÃO DE ENTRADA encaminha ao apoio ao Gabinete as ações distribuídas por prevenção”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.1.

**. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	14/04/2016
Conclusão até	13/04/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	38	100,00
Decisão	0	0,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	38	100,00

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00019063219954025101 – Ação ordinária tributária/servidores públicos, autuada em 02/02/1995, redistribuída em 07/04/1995. Sentença em 09/04/1997,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

julgando procedente em parte, o pedido de condenação da União à revisão dos benefícios das autoras. Em 20/10/1999, despacho recebendo a apelação da União, nos efeitos suspensivo e devolutivo. Despacho em 05/05/2009, determinando a expedição de RPV/Precatório em favor de alguns autores. Em 08/03/2016, despacho determinando a expedição de alvará de levantamento de quantia e suspensão do feito por 60 dias até o retorno da cópia do alvará de levantamento. Último movimento em 20/04/2016, localização interna.

05814868319004025101 – Ação ordinária/servidores públicos, autuada em 16/09/1983, redistribuída em 07/01/1994. Despacho em 13/08/1997, determinando aguardar o julgamento pelo TRF, do recurso interposto nos embargos à execução. Em 12/02/2009, despacho determinando a expedição de RPVs em favor dos autores. Despacho em 05/05/2009, determinando a intimação das partes sobre o teor das requisições, para fins de expedição de RPV. **Em 24/07/2015, vista ao INSS pelo prazo de 10 dias, para que requeira o que entender de direito. Último movimento em 12/04/2016, localização interna.**

01220540820144025101 – Ação ordinária/outras, autuada em 16/05/2014, distribuída por dependência na mesma data. Decisão em 27/05/2014, indeferindo a tutela antecipada e determinando intimação e citação. Despacho em 22/02/2016, determinando a intimação das partes para manifestação sobre laudo pericial, no prazo de 10 dias. Último movimento em 18/04/2016, conclusão para sentença.

00650732319954025101 – Ação ordinária/servidores públicos, autuada em 25/10/1995, redistribuída em 26/10/1995. Sentença convertida em diligência em 06/09/2001. Despacho em 30/04/2007, determinando baixa e arquivamento dos autos. **Último movimento em 27/01/2016, conclusão para despacho.**

00652672220154025101 – ação de execução por título extrajudicial, autuada em 22/06/2015, distribuída na mesma data. Despacho em 23/06/2015, determinando a renovação da citação e emenda à petição inicial, sob pena de extinção do processo, de acordo com a previsão do art. 284 do CPC. Despacho em 02/09/2015, determinando o prosseguimento dos atos de execução, tendo em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

vista que os embargos à execução não foram recebidos com efeito suspensivo. Em 06/04/2016, deferimento do pedido de penhora *on line* da parte autora, na forma do art. 854 do CPC/2015, caso seja infrutífera, bloqueio de veículos automotores, via RENAJUD, se esta diligência não for frutífera, expedição de mandado de penhora e avaliação em relação aos executados. Último movimento em 20/04/2016, remessa, carga para manifestação do réu.

00096594420124025101 – execução por título extrajudicial, autuada em 04/07/2012, distribuída na mesma data. Despacho em 31/07/2014, determinando a suspensão do feito pelo período de 90 dias, aguardando comunicação da decisão proferida pelo TRF no agravo de instrumento. Em 12/11/2014, despacho determinando o prosseguimento do feito e designação de Audiência de Conciliação. **Despacho em 01/02/2016, deferindo o ingresso da União como litisconsorte passivo; concedendo prazo de 30 dias para a REFER, juntar planilha de débito atualizada e determinando a citação da União, na forma do art. 730 do CPC. Último movimento em 11/02/2016, localização interna.**

Locais virtuais para conclusão:

CONCLUSÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO: Existem 6 documentos, sendo o mais antigo de 21/03/2016, referente ao processo n.º 0015212-04.2014.4.02.5101.

CONCLUSÃO EX TIT EXTRAJUDICIAL: Existem 16 documentos, sendo o **mais antigo de 07/03/2016, referente ao processo n.º 0054503-11.2014.4.02.5101.**

CONCLUSÃO EXECUÇÃO DE SENTENÇA (4010): Existem 5 documentos, sendo o mais antigo de 12/04/2016, referente ao processo n.º 0041787-15.2015.4.02.5101.

CONCLUSÃO SERVIDORES: Existem 77 documentos, sendo o **mais antigo de 12/03/2016, referente ao processo n.º 0118653-64.2015.4.02.5101.**

CONCLUSÃO TRIBUTÁRIO: Existem 3 documentos, sendo o mais antigo de 08/04/2016, referente ao processo n.º 0106884-59.2015.4.02.5101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONCLUSÃO MS: Existem 4 documentos, sendo o mais antigo de 25/04/2016, referente ao processo n.º 0142149-25.2015.4.02.5101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 14/04/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 25/04/2016, às 17: 27.**

. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	14/04/2016
Último Movimento até	13/04/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	22	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	22	100,00

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00011289520144025101 – Ação monitória, ação autuada em 18/02/2014, distribuída na mesma data da autuação. Despacho em 26/02/2014, determinando a expedição de mandado para a ré pagar a quantia devida ou oferecer embargos no prazo de 15 dias, sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo. Em 22/09/2014, determinação de intimação pessoal do réu para pagar a dívida, de acordo com o art. 475-J do CPC. Despacho 10/12/2014, deferindo o pedido de penhora *on line* feito pela parte autora. Em 08/06/2015, determinação de restrição sobre veículo de propriedade do réu, via RENAJUD. **Despacho em 17/02/2016, determinando à secretaria do juízo que solicite a SEMCI, a regularização com urgência de certidão, tendo em vista que o laudo de**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

avaliação encontra-se ilegível. Último movimento em 19/02/2016, juntada de petição ou documento.

01405609520154025101 – Ação ordinária/outras, ação autuada em 17/11/2015, redistribuída em 17/12/2015. Despacho em 19/01/2016, determinando a intimação da AGU, o cumprimento das deprecatas e a suspensão do feito por 90 dias. Em 07/03/2016, determinação de suspensão do feito por 30 dias, e, com o decurso do prazo, intimação da FINEP para informar se persiste o interesse no processo. Último movimento em 08/03/2016, intimação de despacho e suspensão do feito.

00143582020084025101 – Execução por Título Extrajudicial, ação autuada em 15/08/2008, distribuída na mesma data da autuação. Despacho em 21/08/2008, determinando a citação de acordo com o art. 652 do CPC. Em 17/02/2009, determinação de suspensão do feito pelo prazo de 90 dias e decorrido o prazo de suspensão, intimação do exequente para se manifestar sobre o interesse no prosseguimento da ação. Em 10/04/2012, suspensão da execução, nos termos do art. 739-A, §1º do CPC, devido à oposição de embargos. Despacho, em 17/02/2016, determinando à secretaria do juízo, realizar consulta ao sistema BACENJUD, se os endereços forem diversos dos endereços constantes nos autos das diligências infrutíferas, expedir mandado de citação nos termos do art. 652 do CPC. Último movimento em 28/04/2016, conclusão para despacho.

01573939120154025101 – Execução por título extrajudicial, ação autuada em 11/01/2016, distribuída na mesma data da autuação. Em 12/01/2016, determinada a citação na forma do art. 652-A do CPC, no prazo de 3 dias para a parte ré efetuar o pagamento da dívida. **Último movimento em 26/02/2016, juntada de petição ou documento.**

00086938620094025101 – Execução por título extrajudicial, ação autuada em 24/04/2009, distribuída na mesma data da autuação. Decisão em 13/06/2013, deferindo o pedido de citação por edital. Despacho em 06/08/2013, determinando a expedição de carta precatória para citação do devedor na forma do art. 652 do CPC. **Sentença tipo B-2, em 27/04/2015, declarou prescrita a pretensão autoral, extinguindo o feito com resolução do mérito com fulcro**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

no inciso IV do art. 269 do CPC. Último movimento em 07/04/2016, localização interna.

00133917220084025101 – Cautelar Inominada, ação autuada em 22/07/2008, distribuída em 23/07/2008. Em 16/02/2012, despacho declinando da competência em favor da Justiça do Trabalho da 1ª Região. Em 15/03/2012, decisão conhecendo dos embargos de declaração e negando-lhes provimento. **Em 18/11/2015, sentença tipo B-1, extinguindo o feito em face da CEF por ilegitimidade passiva e homologando exame pericial. Último movimento em 08/03/2016.**

Observação: Salvo melhor juízo, a sentença tipo B-1, destina-se a homologação de acordo entre as partes.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 14/04/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 28/04/2016.**

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 14/04/2016, 13 documentos, todos protocolados em abril de 2016.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual:

“Como regra geral, as petições recebidas são juntadas prontamente aos autos. Segundo o relatório de petições disponível no sítio eletrônico da Corregedoria-Regional, não constavam petições pendentes de juntada na data do encerramento dessa inspeção”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 14/04/2016, e Relatório de Inspeção Anual, item 4, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/03042, de 24/03/2015, realizada no período de 16/03/2015 a 20/03/2015.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foram examinados como amostra, os seguintes locais virtuais:

AG. REMESSA PUBLICAÇÃO: Existe 1 documento, de 25/04/2016, referente ao processo n.º 0050280-44.2016.4.02.5101.

PRAZO: Existem 460 documentos, sendo o mais antigo de 08/03/2016, referente ao processo n.º 0128932-12.2015.4.02.5101.

AG. EXP. OFÍCIO/ PRECATORIA: Existem 4 documentos, sendo o mais antigo de 25/04/2016, referente ao processo n.º 0062740-68.2013.4.02.5101.

AG. EXP. MANDADO: Existem 2 documentos, sendo o mais antigo de 25/04/2016, referente ao processo n.º 0013889-61.2014.4.02.5101.

AG. DEVOLUÇÃO OFÍCIO: Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 18/03/2016, referente ao processo n.º 0084998-04.2015.4.02.5101.

AG ASSINAR OFÍCIO/CTA: Existem 8 documentos, sendo o mais antigo de 13/04/2016, referente ao processo n.º 0007346-42.2014.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 25/04/2016, às 17:42 h.

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

OFÍCIOS E PRECATORIAS EXPEDIDOS: Não foram encontrados documentos armazenados neste local virtual;

CITAÇÃO INTIMAÇÃO WEB: Existem 27 documentos, sendo o mais antigo de 14/03/2016, referente ao processo n.º 0155635-77.2015.4.02.5101.

PERÍCIAAJG: Existem 6 documentos, sendo o mais antigo de 07/04/2016, referente ao processo n.º 0110040-89.2014.4.02.5101.

BACENJUD FEITO (COM PROTOCOLO): Existem 9 documentos, sendo o mais antigo de 19/04/2016, referente ao processo n.º 0158852-31.2015.4.02.5101.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 25/04/2016, às 17: 57 h.

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	14/04/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	1
Documento	39
Total Geral	40

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

Físicos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00148214920144025101: Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 17/10/2014, fl. 8594).

00000200319924025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 30/04/2015, fl. 9).

00141226820084025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 19/10/2015).

06077971419004025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 17/07/2014, fl. 4).

00100478820054025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 06/10/2015, fl. 14).

00194998320094025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 01/10/2014).

Eletrônicos

00318565620134025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 16/11/2015, fl. 90).

01207122520154025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/03/2016, fl. 59).

00000650620124025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 08/10/2014).

00484550720124025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 12/01/2016, fl. 170).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraído em 14/04/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 25/04/2016.**

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	04/2015 a 03/2016
	Processos	6.139
	Boletins	228
	Média (Proc. / Bol.)	26,93
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,56

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 14.04.2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **80 processos com prazo vencido**, dos quais, foram selecionados 15 como amostra, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0004744-98.2002.4.02.5101	Autor	16/04/2015	25/05/2015	325
0004506-40.2006.4.02.5101	Autor	07/05/2015	09/06/2015	310
0005370-78.2006.4.02.5101	Autor	23/07/2015	25/08/2015	233
0001775-52.1998.4.02.5101	Autor	18/08/2015	17/09/2015	210
0002887-56.1998.4.02.5101	Autor	03/09/2015	07/10/2015	190
0003498-28.2006.4.02.5101	Autor	29/10/2015	03/12/2015	133
0931906-19.1900.4.02.5101	Autor	05/11/2015	09/12/2015	127
0131223-25.1991.4.02.5101	Autor	19/11/2015	11/01/2016	94
0010548-57.1996.4.02.5101	AGU	17/02/2016	03/03/2016	42
0024540-89.2013.4.02.5101	DPU	19/02/2016	21/03/2016	24
0043400-66.1998.4.02.5101	DPU	25/09/2014	28/10/2014	534
0253629-38.1900.4.02.5101	Réu	02/09/2015	02/10/2015	195
0135415-58.2015.4.02.5101	MPF	29/02/2016	11/03/2016	34
0009021-86.2009.4.02.5110	Opoente	30/07/2015	01/09/2015	226
0012767-52.2010.4.02.5101	PFN	12/05/2011	06/06/2011	1774



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 14/04/2016, vencidos e não devolvidos até 14/04/2016, e consultas ao Apolo, posição até 18/04/2016.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS CÍVEIS

1. **Número total de processos suspensos (em 14/04/2016): 851**
2. **Análises dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

CÍVEL:

- a) Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º): 86

07317960419004025101
00065485720094025101
00171573620084025101
00258658520024025101
00229566020084025101

- b) Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º): 20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00088968220084025101
00242439720044025101
00222663120084025101
00007069120124025101
00365973720164025101

c) Aguarda decisão de instância superior: 331

00091578620044025101
00190220720024025101
00035589820064025101
00110832920094025101
00071326120084025101

d) Aguardando julgamento de recurso: 08

00100756120024025101
00639829719924025101
00125620919994025101
00037128220074025101
00000152420054025101

e) Aguardando cumprimento de obrigação de fazer: 01

00226490920084025101

f) Cumprimento Precatório/RPV: 47



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00068288620134025101
00343956419914025101
00008261419874025101
00407237220124025101
00738944519974025101

g) Embargos à Execução: 163

01250022619914025101
00070333320044025101
09279465519004025101
00293267019994025101
00196780819954025101

h) Parcelamento: 01

00042741820124025101

i) Outros – fase de conhecimento: 57

00279744320004025101
00148531120014025101
00288095119884025101
00624366920134025101
00627440820134025101

j) Outros – fase /processo de execução: 137



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00300432919924025101
00073761019964025101
00066363720054025101
00136333120084025101
00039120220014025101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 14/04/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 27/04/2016.**

➔ **SENTENÇAS**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.248

1. FINAL PAR: 626

- a. Convertidas em diligência: 44
- b. Embargos de declaração: 15
- c. Resolução de mérito: 282
 - i. Conciliação/transação: 02
 - ii. Concedida a segurança: 14
 - iii. Não concedida a antecipação de tutela: 01 (decisão)**
 - iv. Denegada a segurança: 07
 - v. De expediente: 01
 - vi. Extinção da execução: 15
 - vii. Improcedente: 112
 - viii. Improcedente – dispensada citação: 03
 - ix. Procedente: 77
 - x. Procedente em parte: 37



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- xi. Reconhecida prescrição/decadência: 07
- xii. Reconhecimento da procedência do pedido: 03
- xiii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
- xiv. Procedente com tutela deferida: 02
- xv. Procedente em parte c/ tutela deferida parcialmente: 01

- d. Sem resolução de mérito: 95
 - i. Sem resolução de mérito: 88
 - ii. Desistência da ação: 03
 - iii. Extinto por ausência das condições da ação: 01
 - iv. Extinto por ausência de pressupostos processuais: 02
 - v. Indeferimento de petição inicial: 01

e. Vazias: 189

2. FINAL ÍMPAR: 622

- a. Convertidas em diligência: 50
- b. Embargos de declaração: 11
- c. Resolução de mérito: 285
 - i. Conciliação/transação: 04
 - ii. Concedida a segurança: 10
 - iii. Denegada a segurança: 11
 - iv. Denegado o habeas data: 01
 - v. Concedida em parte a segurança: 01
 - vi. Homologada a transação: 01
 - vii. Homologada renúncia pelo autor: 01
 - viii. Concedida em parte: 02
 - ix. Extinção da execução: 17
 - x. Improcedente: 104
 - xi. Procedente: 75
 - xii. Procedente em parte: 40
 - xiii. Reconhecida prescrição/decadência: 08
 - xiv. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 03
 - xv. Renúncia ao direito: 01
 - xvi. Procedente com tutela deferida: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- xvii. Procedente em parte com tutela deferida: 01
- xviii. Procedente em parte c/ tutela deferida parcialmente: 02

- d. Sem resolução de mérito: 89
 - i. Sem resolução de mérito: 85
 - ii. Desistência da ação: 03
 - iii. Extinto por ausência das condições da ação: 01

- e. **Vazias: 187**

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes amostras de sentenças:

0017108-48.2015.4.02.5101	(em 22/06/2015, fls. 188/194)
0101842-34.2012.4.02.5101	(em 06/08/2015, fls. 167/173)
0162568-03.2014.4.02.5101	(em 17/06/2015, fls. 172/179)
0115325-97.2013.4.02.5101	(em 22/09/2015, fls. 413/420)
0164579-05.2014.4.02.5101	(em 07/01/2016, fls. 270/277)
0039470-44.2015.4.02.5101	(em 27/08/2015, fls. 617/620)

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes amostras de sentenças:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0034331-14.2015.4.02.5101 (em 25/11/2015, fl. 59/60)
0149649-45.2015.4.02.5101 (em 15/01/2016, fls. 54/55)
0060991-16.2013.4.02.5101 (em 28/08/2015, fls. 89/92)
0157916-06.2015.4.02.5101 (em 21/03/2016, fls. 22/24)
0087150-25.2015.4.02.5101 (em 17/02/2016, fls. 141/142)

A sentença proferida no processo **0009605-10.2014.4.02.5101 (em 21/09/2015, fls. 113/114)** foi classificada como tipo A (fundamentação individualizada). Contudo, a sentença proferida homologou acordo extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do inciso III do art. 269 do CPC. **Salvo melhor juízo, a classificação mais apropriada seria sentença tipo B-1 (homologatória de acordo).**

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes amostras de sentenças:

0011106-96.2014.4.02.5101 (em 28/05/2015, fls. 198/205)
0072782-11.2015.4.02.5101 (em 28/01/2016, fls. 623/635)
0026348-61.2015.4.02.5101 (em 17/07/2015, fls. 168/176)
0007729-54.2013.4.02.5101 (em 20/05/2015, fls.82/87)
0087143-33.2015.4.02.5101 (em 25/02/2016, fls. 80/87)

A sentença terminativa, proferida no processo **0052616-89.2014.4.02.5101, em em 26/11/2015, fl. 63/64,** que extinguiu a execução com fulcro no art. 794, I, do CPC, foi classificada como tipo B2, **quando, salvo melhor juízo, deveria ter sido classificada como tipo C, nos termos do Ofício-Circular n.º T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, item 4, deste Tribunal.**

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes amostras de sentenças:

0005654-08.2014.4.02.5101 (em 28/05/2015, fls. 319/320)
0125452-26.2015.4.02.5101 (em 25/11/2015, fls. 229/230)
0119384-60.2015.4.02.5101 (em 24/09/2015, fls. 22/23)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0010668-02.2016.4.02.5101 (em 09/03/2016, fls. 36/37)
0021799-08.2015.4.02.5101 (em 17/06/2015, fls. 560/562)
0044216-57.2012.4.02.5101 (em 05/11/2015, fl. 303)

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 27/04/2016.

→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os processos incluídos nas metas fixadas pelo CNJ ou com prioridade legal têm preferência sobre os demais, seja na realização de atividades cartorárias (intimação, expedição de mandados e ofícios etc), seja na prolação de despachos, decisões e sentença. Semanalmente seus andamentos são monitorados através do preenchimento de tabelas. São identificados com etiquetas nas capas dos processos físicos e com os correspondentes identificadores em processos eletrônicos.”

“O critério adotado por este Juízo é a observância da ordem de abertura das conclusões. Casos que demandam urgência na análise ou aqueles que têm preferência legal são tidos como exceção ao critério. De igual modo, todos os processos incluídos na Meta 2 do CNJ têm prioridade sobre os demais”.

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“A organização dos processos no gabinete é definida pelas matérias, divididas entre as três servidoras que ali trabalham. As iniciais e sentenças são apreciadas no gabinete. O controle de prazos para prolação de sentenças é feito através de relatórios frequentemente extraídos do sistema processual. Observa-se com extrema cautela a ordem de conclusão e o prazo de 180 dias fixado na Consolidação de Civil, em 18 de março de 2016, ordenou-se a lista de processos conclusos para sentença pela data da distribuição do feito.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.2. a 3.4.

→ EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	326	326
		Natureza Executória	72	72
	Registro Sentença Antiga	Natureza Executória	03	03
	Total		401	401

Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (326) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 14/04/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/04/2015 a 31/03/2016):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 279
- b. Eletrônicos: 90
- c. Total de requisições: 369
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: **1.309 dias.**

- RPV's:

- . Cadastrados: 257
- . Enviados: 235

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 112
- . Enviados: 103

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 14/04/2016.

→ GRANDES DÉBITOS

(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

→ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD

(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com informações prestadas no questionário pré-correição do juízo correicionado, há atualmente, 312 bloqueios comandados por número de protocolizações e 378 bloqueios comandados por número de réus/executados, no período compreendido entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

→ LEILÕES

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

INEXISTE. Não foram realizados leilões.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Atualmente a vara possui 34 registros de bens penhorados (fonte: Apolo-Secretaria-Consulta de Bens Penhorados).”

Total de bens penhorados: 34. (de acordo com o Relatório de Bens Penhorados do sistema Apolo, emitido em 14/04/2016).

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

Processo: 0000551-98.2006.4.02.5101

Executado: ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

Data da Penhora: 08/02/2012 00:00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tipo do Bem: ?

Valor do Bem: R\$ 28.501,02

Quantidade: 573

Local: BANCO ITAU S/A

Exequente: ANTONINHO TONATO ME

Valor do Débito: R\$ 28.480,63

Vara: 22VF

Mandado: ?

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 28.501,02

Decisão em 08/10/2013, determinando o levantamento da penhora das ações oferecidas como garantia da execução, bem como a expedição de ofício para cancelamento da averbação no livro de registro de ações referente à constrição realizada. Último despacho em 10/03/2016, determinando a expedição de alvará de levantamento, suspendendo o feito por 60 dias, após o decurso do prazo, baixar e arquivar.

Processo: 0001299-28.2009.4.02.5101

Executado: JOAQUIM ASCENDINO MONTEIRO NUNES NETTO

Data da Penhora: 23/07/2012 00:00

Tipo do Bem: ?

Valor do Bem: R\$ 500.000,00

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: JOAQUIM ASCENDINO MONTEIRO NUNES NETTO

Valor do Débito: R\$ 24.838,66

Vara: 22VF

Mandado: MAN.0022.000998-4/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 500.000,00

Sentença tipo B-2, proferida em 18/07/2011, convertendo o mandado inicial em mandado executivo, de acordo com o art. 1.102-C do CPC, e, determinando a intimação do devedor na forma do art. 475-J do CPC. Despacho em 15/03/2013, determinando a intimação das partes, devendo a CEF apresentar a possibilidade de desconto e forma de parcelamento. Sentença tipo B-2, proferida em 07/02/2014, homologando o acordo de desistência (o autor desistiu da ação) e julgando extinto o processo sem resolução do mérito com fulcro no inciso VIII do CPC. Último movimento em 12/03/2014, remessa interna para arquivar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo: 0003037-95.2002.4.02.5101
Executado: ROSANGELA SILVEIRA DO NASCIMENTO
Data da Penhora: 24/07/2012 20:16
Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: ?

Exequente: UNIAO FEDERAL
Valor do Débito: R\$ 13.937,70
Vara: 22VF
Mandado: MAN.0022.001081-6/2009
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 0,00 ?

Despacho em 24/03/2009, determinando a intimação dos executados para pagarem suas dívidas no prazo de 10 dias, conforme previsão do art. 475-J do CPC. Despacho em 29/07/2009, determinando a expedição de mandados de penhora e avaliação, devido à inércia dos executados em depositar os valores devidos. Despacho em 25/01/2010, determinando a realização de penhora via BACENJUD, devido a não localização dos devedores. Despacho em 27/11/2013, determinando a expedição de ofício para que a instituição financeira efetue a conversão em renda dos valores depositados em contas. Último movimento em 29/08/2014, remessa interna para arquivar.

Processo: 0016403-26.2010.4.02.5101
Executado: MARCIO DE CASTRO MARCELO
Data da Penhora: 10/10/2013 11:36
Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: ?

Exequente: ?

Valor do Débito: R\$ 12.109,09
Vara: 22VF
Mandado: TER.0022.000004-2/2013
Executado: MARCIO DE CASTRO MARCELO
Data da Penhora: 10/10/2013 11:36

Despacho em 09/09/2010, determinando a expedição de mandado de pagamento, no prazo de 15 dias, de acordo com a previsão do art. 1102 A do CPC. Sentença tipo B-2, em 27/08/2012, rejeitando os embargos e julgando procedente o pedido da CEF, convertendo o mandado inicial em mandado judicial, de acordo com o art. 1102-C e parágrafos, do CPC. Despacho em 04/12/2012, determinando a intimação do devedor nos termos do art. 475-J do CPC. Despacho em 12/08/2013, determinando o bloqueio de veículos automotores, via RENAJUD, tendo em vista a impossibilidade de bloqueio via BACENJUD, devido ao valor irrisório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

encontrado na conta corrente do devedor. Sentença em 26/06/2014, julgando extinto o processo com resolução do mérito, na forma do inciso III do art. 269 do CPC (as partes transigiram). Despacho em 15/10/2015, determinando o cancelamento das restrições judiciais (bloqueio via RENAJUD). Último movimento em 10/11/2015, processo baixado, findo.

Processo: 0018062-56.1999.4.02.5101
Executado: EDISON GIL CYSNEIRO MONTEIRO DUARTE
Data da Penhora: 06/04/2006 12:00
Tipo do Bem: Apartamento
Valor do Bem: R\$ 180.000,00
Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: Diligencia em zona urbana ?

Valor do Débito: R\$ 17.087,95
Vara: 22VF
Mandado: MDA.0022.001500-6/1999
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 180.000,00

Sentença, em 05/11/2015, homologando o pedido de desistência do autor e julgando extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos da previsão do inciso VIII do art. 267 CPC. Último movimento em 18/12/2015, remessa interna para arquivar.

Processo: 0025619-79.2008.4.02.5101
Executado: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Data da Penhora: 25/06/2012 00:00
Tipo do Bem: ?
Valor do Bem: R\$ 42.219,00

Quantidade: ?

Local: AV. RIO BRANCO 241
Exequente: ELOISA DA SILVEIRA DIAS
Valor do Débito: R\$ 42.219,73
Vara: 22VF
Mandado: MAN.0022.000753-1/2012
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 42.219,00

Despacho em 27/10/2011, determinando a intimação da parte autora para se manifestar nos termos do art. 475-J do CPC, juntando memória de cálculos, no prazo de 10 dias, de acordo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

com o art. 475-B do CPC. Despacho em 10/02/2012, determinando a expedição do mandado de penhora e avaliação em face da CEF. Despacho em 10/07/2012, recebendo a impugnação da CEF e deferindo o pedido de efeito suspensivo, na forma do art. 475-M do CPC. Em 17/10/2014, despacho determinando a intimação da CEF para se apropriar do saldo remanescente de conta corrente, assim como do valor espontaneamente depositado pelo devedor. Último movimento em 27/02/2015, remessa interna para arquivar.

Processo: 0026045-72.2000.4.02.5101

Executado: GLAUCIA DE FARIA DA SILVA SOUZA

Data da Penhora: 09/05/2012 00:00

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: ?

Quantidade: 1

Local: ?

Exequente: ELIAS DE SOUZA FARIA

Valor do Débito: R\$ 5.300,41

Vara: 22VF

Mandado: ?

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00 ?

Sentença em 19/08/2005, julgando procedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC, para condenar os réus ao pagamento do valor de R\$ 5.300,41, corrigido monetariamente, mais juros de mora de 1% e condenação em honorários advocatícios. Despacho em 02/09/2008, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 180 dias, para o exequente diligenciar e encontrar bens dos devedores passíveis de constrição judicial. Despacho em 19/05/2010, determinando o arquivamento dos autos, que poderão ser desarquivados a pedido do credor. Em 28/07/2010, despacho, deferindo o pedido de penhora on line feito pelo exequente, com base no art. 655-A. em 18/02/2011, despacho determinando o desbloqueio de contas e aplicações, devido ao valor irrisório depositado. Despacho em 05/08/2011, determinando o bloqueio de veículo automotor, via RENAJUD, com conversão em penhora, com expedição de mandado de avaliação. Despacho em 14/11/2012, determinando o desbloqueio de veículo, por cumprimento da obrigação de pagar. Último movimento em 26/01/2015, remessa interna para arquivar.

OBS.: Constatou-se, da listagem fornecida pelo Sistema Apolo, que o cadastramento de bens constritos não contém, em sua maioria, a **informação do**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

tipo de bem penhorado; n.º do mandado; valor do bem; quantidade e valor total dos bens nem tampouco do local onde se este se encontra.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 14/04/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 25/04/2016.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

A 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, informa no questionário pré-correição que há 10 processos com bens acautelados. No entanto, não há nenhum processo com bens acautelados que possua conteúdo econômico e/ou passível de perdimento ou expropriação. Os bens acautelados são armazenados em gavetas trancadas. O juízo explica que:

“O servidor responsável pelo acautelamento elabora e cadastra um termo no sistema processual, que é assinado pela diretora, e, em seguida, o próprio servidor deposita o bem na gaveta destinada a esse fim.”

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e consultas ao Apolo, **posição até 14/04/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Verificou-se que os livros e pastas obrigatórios elencados no artigo 148 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional são usados pela Secretaria de forma adequada. Os livros e pastas ali descritos contêm termo de abertura, estando as folhas devidamente numeradas”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário pré-correição.

Por sua vez, nos termos do Relatório de inspeção anual, quanto aos equipamentos e mobiliário, foi informado o seguinte:

“Em relação aos móveis e utensílios, todos estão inventariados e mantidos em adequado estado de conservação, ressaltando que,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

quando necessária, a manutenção é prontamente solicitada ao setor correspondente”.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/03042).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses):

“Em 3 meses, dentre as metas a serem alcançadas pela 22ª Vara Federal, destaca-se o cumprimento de 50% da Meta 6, priorizando o julgamento da Ação Civil Pública 00070546220114025101.

Pretende-se, ainda, reduzir o tempo de conclusão dos processos para despacho (30 dias), atendendo-se plenamente às determinações contidas na Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal – 2ª Região.

Por fim, busca-se, no mencionado prazo, a diminuição do acervo em trâmite, com foco nas execuções”.

Metas de médio prazo (6 meses):

“No prazo de 6 meses, será analisada a efetividade dos procedimentos adotados na consecução da primeira meta traçada,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

estabelecendo, se necessário, um plano de ação com objetivos estratégicos, como a criação de novas rotinas de trabalho”.

Metas de longo prazo (1 ano):

“Ao final de 12 meses, em razão da celeridade e do encadeamento conferidos aos procedimentos realizados - e constantemente reavaliados no decorrer do ano - , tem-se como meta uma significativa redução no acervo. Atingido o resultado, objetiva-se, então, a redistribuição e concentração da força de trabalho para atendimento a novas metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça ou para pontuais dificuldades enfrentadas pelo Juízo”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Carlos Alberto de Araujo Rocha, Mat. n.º 11.308